

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):

**PARECER Nº 045**, de 23 de abril de 2021.

**OBJETO:** Projeto de Lei Ordinária nº 024/2021, que “*Institui a Semana Municipal do Lixo Zero no Município de Ubá e dá outras providências*”.

**AUTORIA:** VEREADOR JOSÉ ROBERTO FILGUEIRAS

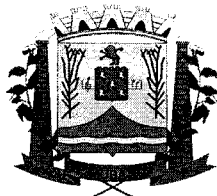
### 1- RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de origem parlamentar, que visa a instituição da Semana do Lixo Zero no Município de Ubá.

A presente proposição, após passar pela discussão nesta Comissão, entrará em pauta observando os termos regimentais, em Sessão Ordinária.

De acordo com a justificativa apresentada pelo vereador proponente do P.L nº 24/2021, a cidade de Ubá carece de políticas públicas voltadas à reciclagem de resíduos. Esclarece o autor que com o aumento da população e do consumo, (e devido a própria dificuldade que pessoas físicas e jurídicas possuem no tocante ao processo de reciclagem), o presente projeto de lei tem por finalidade diminuir a produção de resíduos sólidos urbanos domiciliares. Justifica o edil que tal ato promoverá maior equilíbrio ao meio ambiente.

Seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no artigo 48 do Regime Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução 10/1993):



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 48. Compete a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:**

***I- Manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, citando, quando for o caso, o dispositivo constitucional, legal ou regimental.***

(...)

Feito o relatório, passa-se a opinar.

## **II- FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto reúne condições para prosseguir em tramitação, encontrando fundamento no art. 77, caput, da Lei Orgânica Municipal de Ubá, segundo o qual a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer *Vereador* ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos Cidadãos.

A *competência municipal para legislar concorrentemente* com a União, os Estados e o Distrito Federal sobre a proteção e defesa do meio ambiente está prevista na Constituição Federal, no artigo 24, inciso IV. Vejamos:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

(...)

***VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;***

Disposição semelhante é encontrada na Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu artigo 171, inciso II, alínea “b”, ao dispor *que compete ao Município legislar sobre certos assuntos, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e normas gerais da União e as suplementares pelo Estado.*



## **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Portanto, em se tratando de interesse local, tem o município competência para legislar concorrentemente as matérias do art. 24 da CRFB, suplementando a legislação federal e estadual no que couber. É o que prevê o artigo 30, incisos I e II da CRFB e a Lei Orgânica Municipal art. 21, incisos I e II.

A *competência material (ou administrativa) comum* para estabelecer diretrizes, promover programas e ações sobre o tema, encontram respaldo tanto em diploma federal (art. 23, V, CF/88) quanto estadual (art. 11, V, CEMG). Vejamos o artigo 11 que, respeitando o princípio da simetria, reproduz o texto constitucional:

***Art. 11 – É competência do Estado, comum à União e ao Município:***

*(...)*

***VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; (...)***

Quanto à *competência do poder legislativo* para dispor sobre o tema, vejamos o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Ubá:

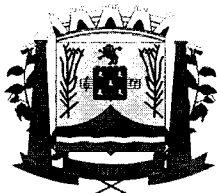
***Art. 55. Cabe à Câmara Municipal (g.n), com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:***

***I – assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual, no que diz respeito:***

*(...)*

***e) à proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição;***

Segundo informações retiradas do PARECER Nº 2264/2019 fornecido pelo IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, disponível nas redes para consulta, “a



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

instituição de datas comemorativas é atribuição típica da competência legislativa municipal e, via de regra, tal atribuição se materializa com a inclusão de data comemorativa em calendário oficial da cidade, mediante designação do dia ou semana, via projeto de lei, o qual possui iniciativa concorrente”.

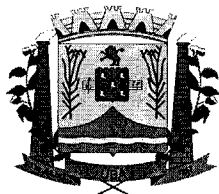
No tocante à *iniciativa para a propositura do projeto de lei*, é importante mencionar, contudo, que no artigo 2º do referido projeto de lei consta a referida redação:

*Art. 2º A Semana Municipal do Lixo Zero será realizada anualmente, como instrumento de política pública socioambiental (grifo nosso) e tem como objetivos:*

(...)

Ainda em relação ao parecer emitido pelo IBAM, a previsão do termo em destaque torna presente proposição inconstitucional por *vício de iniciativa formal subjetivo*. Isso porque ao dispor o texto legal que a Semana do Lixo Zero será realizada como instrumento de política pública socioambiental, implica em imposição ao poder executivo de adoção a um programa de governo, pois somente este poder tem a atribuição para definir as políticas públicas governamentais a serem utilizadas. *Portanto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a fim de tornar constitucional o projeto de lei nº 024/2021, apresentou na última sessão ordinária uma Subemenda, suprimindo a expressão “instrumento de política pública socioambiental”.*

Ao adentrar na *análise meritória* do projeto, integra o rol dos direitos fundamentais assegurados constitucionalmente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de modo que cabe ao Poder Público defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput, da CR/1988). Dispõe ainda nossa Magna Carta tratar-se de *competência comum (art. 23)* entre todos os entes da federação, dentre outras: a proteção ao meio ambiente (inciso VI).



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nesse prisma, o conteúdo do projeto de lei traz à baila um desafio enfrentado mundialmente: a destinação do lixo urbano. Este pode ser de origem domiciliar, industrial, hospitalar e o tecnológico, o lixo do século XXI.

Vejamos o que preceitua EDINA DA SILVA, em *Educação Ambiental: Lixo urbano de problema a possibilidades*<sup>1</sup>:

*O aumento populacional nas cidades, junto a esta uma sociedade consumista ao extremo. Fez gerar vários problemas ambientais, um desses problemas o lixo urbano ele pode ser de origem domiciliar (sobras de alimentos, plásticos, papeis, vidro e papelão), origem industrial (apresenta constituição variada entre gasosa, líquida e sólida), de origem hospitalar (seringas, agulhas, curativos, gases, ataduras, peças atômicas e etc.), o tecnológico (computadores, pilhas e aparelhos eletrônicos em geral).*

No Brasil, o descarte inadequado de lixo é proibido desde 1954, pela Lei 2.312 de 3 de setembro, pelo Código Nacional da Saúde. Essa proibição foi reforçada em 1981 pela Política Nacional de Meio Ambiente, e recentemente, 2010, pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é a Lei Federal nº 12.305/2010 e tem por objetivo a gestão integrada de resíduos sólidos no Brasil. Os únicos tipos de resíduos não abrangidos pelo documento são os radioativos, os quais possuem uma legislação própria.

**Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:**

**XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos**

---

<sup>1</sup> SILVA, Edina da. *Educação Ambiental: Lixo urbano de problema a possibilidades*. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/42296/R%20-%20E%20-%20EDINA%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



## **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

*d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;*

A PNRS tem como instrumento, dentre outros, a educação ambiental (art. 8º, inciso VIII).

Corroborando com esta política, a Lei Orgânica do Município prevê:

*Art. 337. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.*

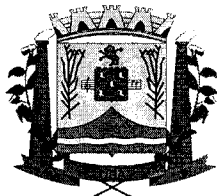
*§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

*(...)*

*VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiental;*

Destarte, o projeto *sub examine*, ao dispor sobre a instituição de uma *Semana Municipal do Lixo Xero*, propondo a realização de discussões, palestras, ações educativas, fóruns, etc., com o escopo de conscientizar a população sobre a importância em se discutir sobre o descarte dos resíduos sólidos no município, demonstra que esta Casa de Leis está atuando no sentido esperado pelo constituinte originário e seguindo os ditames da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que inclusive, deve ser observada em todas as esferas da federação. que é o de promover da educação ambiental e conscientização para a preservação. Vejamos a positivação do tema na Constituição Federal de 1988:

Por estes fundamentos, entendemos que, *procedidas as alterações e supressão terminológica necessárias* o projeto de Lei em Referência está apto à tramitação nesta Casa.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Quanto ao *quórum de aprovação* o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá disciplina que as deliberações do Plenário quando se tratar de projeto de lei ordinária, regra geral, serão tomadas por *maioria simples*, o que é o caso (art. 37, §3º, RICMU).

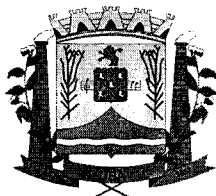
## III- CONCLUSÃO

Ante o exposto, Conforme demonstrado anteriormente, o mesmo está materialmente constitucional, porém, o termo “política pública socioambiental” faz com que o projeto de lei seja interpretado como sendo atribuição privativa do poder executivo municipal. Porém, como todo o restante do P.L nº 024/2021 encontra-se em perfeita harmonia com a Constituição da República, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Constituição Estadual de Minas Gerais e a Lei Orgânica do Município de Ubá, *apresentada a Subemenda por esta Comissão, opinamos pela aprovação do projeto de lei em epígrafe.*

Ubá, 23 de abril de 2021.

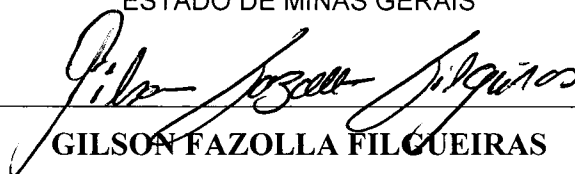
**EDEIR PACHECO DA COSTA**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**JOSE MARIA FERNANDES**  
**MEMBRO DA COMISSÃO**



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS



---

**GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS**

**MEMBRO DA COMISSÃO**